



SEDES-DF

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

COMUNICAÇÃO SOCIAL

ESPECIALISTA EM DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (EDAS)

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Fundamentos, Organização, Gestão e Marcos Normativos da Assistência Social
- ▶ Direitos, Violações De Direitos e Vulnerabilidades Sociais
- ▶ Programas, Benefícios E Instrumentos Socioassistenciais Do Distrito Federal
- ▶ Conhecimentos Específicos

MATERIAL DIGITAL

- ▶ Conhecimentos do Distrito Federal, Política para Mulheres, Legislação e Noções de Primeiros Socorros

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

**EDITAL N° 1, DE
13 DE MAIO DE 2026**



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



SEDES - DF

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
DO DISTRITO FEDERAL

Comunicação Social- Especialista
em Desenvolvimento e
Assistência Social (EDAS)

EDITAL Nº 1, DE 13 DE MAIO DE 2026

CÓD: SL-113MA-26
7908433298656

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	9
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais	17
3. Domínio da ortografia oficial	21
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual.....	23
5. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.....	24
6. Emprego de tempos e modos verbais	25
7. Domínio da estrutura morfossintática do período; Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração; Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.....	28
8. Emprego das classes de palavras	30
9. Emprego dos sinais de pontuação	40
10. Concordância verbal e nominal	46
11. Regência verbal e nominal.....	50
12. Emprego do sinal indicativo de crase.....	54
13. Colocação dos pronomes átonos.....	56
14. Reescrita de frases e parágrafos do texto; Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	57
15. Significação das palavras.....	59
16. Substituição de palavras ou de trechos de texto	60

Fundamentos, Organização, Gestão e Marcos Normativos da Assistência Social

1. LOAS, PNAS/2004 e SUAS: princípios, diretrizes, objetivos, organização da assistência social, proteção social básica e especial, seguranças socioassistenciais, matricialidade sociofamiliar, territorialização e intersectorialidade	73
2. NOB/SUAS: responsabilidades dos entes, cofinanciamento, gestão do trabalho e estruturação da rede	74
3. NOB-RH/SUAS (Resolução CNAS nº 269/2006 e suas alterações)	97
4. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais: serviços da proteção social básica e da proteção social especial de média e alta complexidade.....	114
5. Instâncias de pactuação, deliberação e controle social no SUAS: CIT, CIB, Conselhos e Conferências de Assistência Social.....	140
6. CadÚnico e Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda.....	142
7. MROSC: instrumentos de parceria, chamamento público, execução, monitoramento e prestação de contas nas parcerias com organizações da sociedade civil	143

Direitos, Violações De Direitos e Vulnerabilidades Sociais

1. Crianças, adolescentes e juventude: ECA, Estatuto Digital da Criança e do Adolescente.....	165
2. Convivência familiar e comunitária, acolhimento, adoção e violência contra crianças e adolescentes	204
3. SINASE.....	207
4. Mulheres e violência de gênero: violência doméstica e familiar contra a mulher, medidas protetivas, rede de atendimento; Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Lei Maria da Penha.....	219

1. Pessoa idosa e pessoa com deficiência: Estatuto da Pessoa Idosa, Política Nacional do Idoso e LBI	228
2. População em situação de rua, pobreza e exclusão social: desproteção social e Política Nacional para a População em Situação de Rua	259
3. Diversidade, equidade e relações étnico-raciais: diversidade sexual e de gênero, relações étnico-raciais, crimes de preconceito de raça ou cor e entendimento do STF sobre homotransfobia.....	262

Programas, Benefícios E Instrumentos Socioassistenciais Do Distrito Federal

1. Programa de Provisão Alimentar Direto em Caráter Emergencial – Cartão Prato Cheio (Lei Distrital nº 7.009/2021 e suas alterações; Decreto nº 42.873/2021 e suas alterações)	271
2. Programa Cartão Gás (Lei Distrital nº 6.938/2021 e suas alterações; Decreto nº 42.376/2021 e suas alterações)	272
3. Plano DF Social (Lei Distrital nº 7.008/2021 e suas alterações; Decreto nº 42.872/2021; Portaria nº 42/2023)	274
4. Benefícios Eventuais da Política de Assistência Social do Distrito Federal (Lei Distrital nº 5.165/2013; Decreto nº 35.191/2014)	280
5. SISAN/Restaurante Comunitário (Seção II do Decreto nº 33.329/2011 e suas alterações)	284

Conhecimentos Específicos Comunicação Social - Especialista em Desenvolvimento e Assistência Social (EDAS)

1. Fundamentos e Teorias da Comunicação: Processos fundamentais da comunicação e a construção social da realidade; Teoria da Comunicação: principais escolas, correntes sociológicas e pensadores; Cultura, representações sociais e a natureza social do fenômeno comunicacional; O papel do comunicador na sociedade de massas e sua dimensão política	291
2. Comunicação Organizacional e Relações Públicas: Planejamento estratégico de comunicação organizacional; Mapeamento e relacionamento com os públicos de uma instituição (internos e externos); Comunicação dirigida, comunicação interna e comunicação institucional; Responsabilidade social, gestão de relacionamento com a comunidade e cidadania; Pesquisas de opinião e de públicos (métodos qualitativos, quantitativos, amostragem e grupos focais)	299
3. Jornalismo, Assessoria de Imprensa e Gestão de Crise: Técnicas de assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia; Produção e edição de conteúdo: press-release, press-kit e notas oficiais; Organização de entrevistas coletivas e media training; Monitoramento de mídia (clipping) e análise de imagem; Gestão de comunicação em situação de risco e gerenciamento de crises de imagem no setor público	316
4. Comunicação Digital e Novas Tecnologias: A cibercultura, a digitalização e a sociedade em rede; Convergência midiática e as novas mídias digitais; Planejamento e gestão de comunicação em mídias sociais (redes sociais institucionais/governamentais); Produção de conteúdo para web e métricas de monitoramento digital	335
5. Ética profissional: Noções de moral, ética e deontologia; Os Códigos de Ética no campo da Comunicação (Jornalismo e Relações Públicas); Ética e responsabilidade na comunicação pública.....	352

Material Digital

Conhecimentos do Distrito Federal, Política para Mulheres, Legislação e Noções de Primeiros Socorros

1. Tópicos atuais e relevantes acerca da realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Distrito Federal e da região integrada de desenvolvimento do Distrito Federal e do entorno (RIDE), instituída pela Lei Complementar Federal nº 94/1998 e suas alterações; e regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.469/2011 e suas alterações.....	3
2. Plano Distrital de Política para Mulheres (PDPM).....	8
3. Lei Orgânica do Distrito Federal (Título VI – Da Ordem Social e do Meio Ambiente)	14
4. Lei Complementar nº 840/2011 e suas alterações (Título I – Das Disposições Preliminares; Título V – Dos Deveres; Título VI – Do Regime Disciplinar; Título VII – Dos Processos de Apuração de Infração Disciplinar)	28
5. Lei Federal nº 11.340/2006 e suas alterações (Lei Maria da Penha)	39
6. Lei Distrital nº 7.484/2024	46
7. Noções básicas de primeiros socorros: cuidados iniciais com a vítima, reconhecimento de situações de urgência e emergência, acionamento do socorro especializado e condutas básicas em casos de engasgo, sangramento, fratura, queimadura, desmaio, convulsão e intoxicação	49

Atenção

▪ Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

SITUAÇÃO COMUNICATIVA

A situação comunicativa é o contexto em que ocorre a interação entre os participantes de um ato comunicativo. Ela compreende os elementos fundamentais da comunicação e é crucial para a interpretação adequada de um texto ou enunciado, seja ele verbal ou não verbal.

Entender a situação comunicativa permite ao leitor identificar as intenções do emissor, a natureza da mensagem, e os fatores que influenciam a recepção pelo destinatário.

► Elementos da Situação Comunicativa

▪ **Emissor:** Aquele que produz e envia a mensagem. Pode ser uma pessoa, instituição ou grupo.

Ex.: Um professor explicando um conceito para seus alunos.

▪ **Receptor:** Quem recebe a mensagem e a interpreta. Pode ser individual ou coletivo.

Ex.: Os alunos que escutam a explicação do professor.

▪ **Mensagem:** O conteúdo transmitido pelo emissor ao receptor.

Ex.: As palavras ou conceitos usados pelo professor na explicação.

▪ **Canal:** O meio pelo qual a mensagem é transmitida. Pode ser oral, escrito, visual ou eletrônico.

Ex.: A fala do professor (oral) ou os slides utilizados na aula (visual).

▪ **Código:** O sistema de sinais compartilhado entre emissor e receptor. Na maioria dos casos, é a língua, mas pode incluir imagens, sons ou gestos.

Ex.: O idioma português usado na explicação.

▪ **Contexto:** O conjunto de circunstâncias que envolve a comunicação, incluindo fatores culturais, sociais, históricos e físicos.

Ex.: A aula em um ambiente escolar, com um tema específico de estudo.

► Importância da Situação Comunicativa

A análise da situação comunicativa é fundamental para compreender as intenções por trás de um texto ou enunciado. Sem considerar o contexto, há o risco de interpretações equivocadas.

Em uma prova, por exemplo, uma questão pode exigir que o candidato interprete um texto considerando as condições em que foi produzido, o público-alvo e o objetivo.

Exemplo prático:

Imagine a seguinte mensagem escrita em uma placa:

“Proibido estacionar das 8h às 18h.”

Para interpretar corretamente, é necessário considerar o contexto da situação comunicativa: trata-se de uma norma reguladora do espaço urbano, destinada a motoristas, que estabelece limites específicos de tempo.

Exemplos de Situações Comunicativas

▪ **Diálogo informal:** Uma conversa entre amigos onde o contexto é mais descontraído, e o código usado pode incluir gírias ou expressões regionais.

▪ **Mensagem:** “Vamos ao cinema hoje?”

▪ **Canal:** Fala direta ou mensagem de texto.

▪ **Texto publicitário:** Uma propaganda com o objetivo de persuadir o consumidor a adquirir um produto.

▪ **Mensagem:** “Aproveite a promoção imperdível desta semana!”

▪ **Canal:** Anúncio visual em redes sociais.

▪ **Documento oficial:** Uma circular enviada por uma empresa para seus colaboradores.

▪ **Mensagem:** “Informamos que haverá uma reunião às 14h na sala 3.”

▪ **Canal:** E-mail corporativo.

► Análise em Concursos Públicos

Em provas, questões sobre situação comunicativa geralmente pedem que o candidato identifique os elementos da comunicação em um texto, analise o contexto de produção ou interprete as intenções do emissor. Para isso, é importante:

▪ **Identificar o objetivo do texto:** Informar, persuadir, instruir, entre outros.

▪ **Reconhecer o público-alvo:** Determina a forma como a mensagem é construída.

▪ **Analisar o contexto cultural e social:** Esses fatores moldam a escolha do código e do tom do enunciado.

A situação comunicativa é um conceito amplo, mas central para a análise textual e a compreensão de mensagens. Ao identificar e compreender seus elementos, o leitor pode interpretar textos com maior precisão, seja no cotidiano ou em situações acadêmicas e profissionais.

Esta habilidade é especialmente valorizada em provas de concursos públicos, onde a capacidade de análise contextual é frequentemente testada.

PRESSUPOSIÇÃO E INFERÊNCIA

A pressuposição e a inferência são elementos fundamentais no processo de compreensão textual. Ambas lidam com informações implícitas, mas possuem características distintas. Esses conceitos aparecem frequentemente em provas de concursos públicos, especialmente em questões que exigem a análise do sentido profundo de um texto.

Dominar essas habilidades é essencial para interpretar mensagens de maneira eficaz e precisa.

► Pressuposição

A pressuposição refere-se às informações subentendidas em um enunciado, mas que são consideradas verdadeiras para que a mensagem faça sentido. Trata-se de elementos implícitos que não são afirmados diretamente, mas que o emissor assume que o receptor já conhece ou aceita.

Características da Pressuposição:

- É subentendida, mas fundamental para a compreensão do enunciado.
- Geralmente, permanece verdadeira mesmo que a frase seja negada.

Ex.: “Ana parou de fumar.”

- **Pressuposição:** Ana fumava antes.

Se a frase for negada (“Ana não parou de fumar”), a pressuposição ainda se mantém.

“O evento será transferido para outro local.”

- **Pressuposição:** Já havia um local previamente definido para o evento.

Uso em Concursos:

Em questões de interpretação textual, a pressuposição costuma ser abordada para testar a capacidade do candidato de identificar informações implícitas no texto.

Questão modelo:

Leia a frase: “João voltou para casa.”

O que se pode pressupor?

- (A) João nunca saiu de casa.
- (B) João estava em casa anteriormente.

Resposta correta: (B) João estava em casa anteriormente.

► Inferência

A inferência consiste na construção de significados que vão além do que está explicitamente dito no texto. Diferentemente da pressuposição, a inferência é uma conclusão lógica que o leitor ou ouvinte faz com base nas informações fornecidas pelo enunciado.

Características da Inferência:

- É uma dedução que depende do contexto e do conhecimento prévio do leitor.
- Pode variar de acordo com a interpretação individual.

Ex.: “Joana saiu de casa levando um guarda-chuva.”

- **Inferência:** Provavelmente, Joana espera que vá chover.

“Pedro não foi trabalhar porque estava doente.”

- **Inferência:** Pedro está impossibilitado de trabalhar devido à doença.

► Diferenças entre Pressuposição e Inferência

Aspecto	Pressuposição	Inferência
Definição	Informação implícita assumida como verdadeira.	Conclusão lógica com base no texto.
Origem	Está na construção gramatical do enunciado.	Depende da interpretação do leitor.
Necessidade do texto	Essencial para a compreensão do enunciado.	Complementa o significado do texto.

Exemplo Comparativo: “Clara voltou ao trabalho.”

- **Pressuposição:** Clara estava afastada do trabalho.
- **Inferência:** Clara provavelmente superou o motivo de seu afastamento.

► Estratégias para Identificação

Para reconhecer pressuposições:

- **Pergunte-se:** “O que precisa ser verdadeiro para que esta frase faça sentido?”
- Analise expressões típicas que carregam pressuposições, como voltar, parar, continuar, começar.

Para identificar inferências:

- Observe as informações explícitas e o contexto do texto.
- Relacione essas informações ao conhecimento prévio ou à lógica subjacente.

A distinção entre pressuposição e inferência é essencial para a interpretação textual, pois ambas enriquecem a compreensão das mensagens. A pressuposição está diretamente ligada à estrutura do texto e às informações subentendidas, enquanto a inferência depende de uma análise lógica por parte do leitor.

FUNDAMENTOS, ORGANIZAÇÃO, GESTÃO E MARCOS NORMATIVOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

LOAS, PNAS/2004 E SUAS: PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS, ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL, SEGURANÇAS SOCIOASSISTENCIAIS, MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR, TERRITORIALIZAÇÃO E INTERSETORIALIDADE

FUNDAMENTOS NORMATIVOS E POLÍTICOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A LOAS é a principal base legal da Assistência Social no Brasil. Seu artigo 1º afirma que a assistência social é política de Seguridade Social não contributiva, realizada por meio de ações integradas da iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas. Essa redação tem grande importância porque define a Assistência Social como direito público, e não como favor, ajuda ocasional ou caridade. O usuário da política socioassistencial é sujeito de direitos, e o Estado possui responsabilidade direta na formulação, financiamento, execução, monitoramento e avaliação das ações.

Os objetivos da Assistência Social, segundo a LOAS, foram atualizados pela Lei nº 12.435/2011, que incorporou formalmente o SUAS à legislação. O artigo 2º passou a organizar os objetivos em três grandes dimensões: proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos. A proteção social busca garantir a vida, reduzir danos e prevenir riscos, especialmente em relação à família, maternidade, infância, adolescência, velhice, pessoas com deficiência e integração ao mercado de trabalho. A vigilância socioassistencial analisa os territórios, identificando vulnerabilidades, riscos, ameaças e violações. A defesa de direitos assegura o acesso dos usuários às provisões socioassistenciais.

Os princípios da Assistência Social incluem a supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre exigências de rentabilidade econômica, a universalização dos direitos sociais, o respeito à dignidade do cidadão, a igualdade de direitos no acesso ao atendimento e a divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos. Esses princípios indicam que a política deve ser orientada pelo direito, pela equidade e pela transparência.

As diretrizes, por sua vez, expressam a forma de organização da política. Destacam-se a descentralização político-administrativa, a participação da população por meio de organizações representativas, a primazia da responsabilidade do Estado e a centralidade na família. A descentralização não significa ausência de coordenação nacional; ao contrário, pressupõe responsabilidades compartilhadas entre União, estados, Distrito Federal e municípios, cada qual com atribuições específicas no financiamento, na gestão e na oferta dos serviços.

A PNAS/2004 aprofunda essa concepção ao afirmar a Assistência Social como política pública de proteção social inserida no campo dos direitos. Sua importância está em traduzir os

comandos da LOAS em uma arquitetura institucional concreta, com definição de níveis de proteção, públicos prioritários, seguranças a serem garantidas e diretrizes estruturantes. Nesse sentido, LOAS, PNAS/2004 e SUAS devem ser lidos de forma integrada: a LOAS dá a base legal, a PNAS/2004 formula a orientação político-institucional e o SUAS organiza a gestão e a oferta da proteção socioassistencial.

ORGANIZAÇÃO DO SUAS E NÍVEIS DE PROTEÇÃO SOCIAL

O SUAS organiza a Assistência Social como sistema público, descentralizado, participativo e articulado nacionalmente. Seu funcionamento depende da cooperação entre os entes federativos, da existência de fundos de assistência social, conselhos de controle social, planos de assistência social e mecanismos de pactuação. A lógica do sistema é garantir continuidade, padronização mínima, territorialização e qualidade na oferta dos serviços socioassistenciais, evitando ações fragmentadas, improvisadas ou dependentes apenas de vontades políticas locais.

A proteção social no SUAS é organizada em dois grandes níveis: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Essa divisão considera a intensidade das vulnerabilidades e dos riscos vivenciados pelos usuários e famílias. A Proteção Social Básica atua prioritariamente na prevenção de riscos sociais e pessoais, buscando fortalecer vínculos familiares e comunitários antes que ocorram rupturas ou violações mais graves. Seu principal equipamento público é o Centro de Referência de Assistência Social, o CRAS, localizado preferencialmente em territórios com maior incidência de vulnerabilidade social.

O principal serviço da Proteção Social Básica é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, o PAIF. Ele realiza acompanhamento familiar, acolhida, orientação, encaminhamentos, ações comunitárias e fortalecimento da função protetiva das famílias. A proteção básica também se articula a benefícios como o Benefício de Prestação Continuada e os benefícios eventuais, além de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. Seu foco não é apenas atender demandas imediatas, mas ampliar a capacidade de proteção das famílias e dos territórios.

A Proteção Social Especial atende situações em que os direitos já foram ameaçados ou violados. Ela se subdivide em média e alta complexidade. A média complexidade atende pessoas e famílias que vivenciam violações de direitos, mas ainda mantêm vínculos familiares e comunitários. O principal equipamento é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social, o CREAS. Entre as situações atendidas estão violência doméstica, abuso e exploração sexual, trabalho infantil, situação de rua, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e outras formas de violação.

A alta complexidade é destinada a situações em que há necessidade de proteção integral, inclusive com afastamento temporário do núcleo familiar ou comunitário. Envolve serviços de acolhimento institucional, acolhimento familiar, repúblicas,

residências inclusivas e outras modalidades que garantam moradia, cuidado, proteção e referência. Nesses casos, o desafio ético e técnico é proteger sem romper direitos, garantindo excepcionalidade, provisoriedade e respeito à dignidade dos usuários.

De modo sintético:

- Proteção Social Básica: previne riscos, fortalece vínculos e atua nos territórios por meio do CRAS.
- Proteção Social Especial de Média Complexidade: atende violações de direitos sem rompimento total dos vínculos, com referência no CREAS.
- Proteção Social Especial de Alta Complexidade: oferece proteção integral quando há necessidade de acolhimento e afastamento temporário.

SEGURANÇAS SOCIOASSISTENCIAIS E EIXOS ESTRUTURANTES

A PNAS/2004 organiza a Assistência Social a partir da noção de seguranças socioassistenciais. Essas seguranças expressam aquilo que a política deve garantir concretamente aos usuários. Entre elas, destacam-se a segurança de acolhida, a segurança de renda, a segurança de convívio ou vivência familiar e comunitária, a segurança de desenvolvimento da autonomia e a segurança de apoio e auxílio em situações circunstanciais. Essa formulação é importante porque desloca a assistência social de uma lógica de ações pontuais para uma lógica de garantias públicas.

A segurança de acolhida envolve escuta qualificada, recepção digna, identificação de necessidades e oferta de proteção em situações de abandono, violência, desabrigo ou vulnerabilidade extrema. A segurança de renda relaciona-se à provisão de benefícios capazes de reduzir privações materiais, como o Benefício de Prestação Continuada e benefícios eventuais. A segurança de convivência familiar e comunitária busca preservar e fortalecer vínculos, reconhecendo que o isolamento social e a ruptura relacional também constituem expressões de desproteção. A segurança de autonomia refere-se ao fortalecimento das capacidades dos sujeitos para participação social, acesso a direitos e construção de projetos de vida.

A matricialidade sociofamiliar é um dos eixos centrais da PNAS/2004 e do SUAS. Ela significa que a família é tomada como referência fundamental para a proteção social, não porque seja responsabilizada isoladamente por suas dificuldades, mas porque é nela que muitas vulnerabilidades se expressam e também onde podem ser fortalecidas capacidades protetivas. Essa diretriz exige cuidado técnico: a centralidade da família não pode ser confundida com culpabilização familiar. O trabalho social deve considerar condições objetivas de vida, desigualdade social, pobreza, raça, gênero, território, ciclo de vida e acesso desigual às políticas públicas.

A territorialização é outro eixo essencial. Ela parte da ideia de que as vulnerabilidades não se distribuem igualmente no espaço social. Há territórios com maior concentração de pobreza, violência, precariedade urbana, ausência de equipamentos públicos e fragilidade de redes comunitárias. Por isso, o SUAS deve conhecer o território, mapear demandas, identificar riscos e organizar serviços próximos da população. A vigilância socioassistencial tem papel estratégico nesse processo, pois produz informações para planejar, monitorar e avaliar a política.

A intersectorialidade completa esse conjunto de eixos estruturantes. A Assistência Social não atua de forma isolada, pois as necessidades dos usuários atravessam saúde, educação, habitação, trabalho, previdência, justiça, segurança alimentar, cultura e direitos humanos. A intersectorialidade exige articulação entre políticas públicas, fluxos de encaminhamento, pactuação de responsabilidades e construção de respostas integradas. Sem ela, há risco de encaminhamentos vazios, fragmentação do atendimento e sobrecarga das famílias.

Assim, os eixos estruturantes podem ser compreendidos da seguinte forma:

- Seguranças socioassistenciais: definem as garantias que a política deve oferecer.
- Matricialidade sociofamiliar: organiza o trabalho social com centralidade na família, sem culpabilizá-la.
- Territorialização: orienta a atuação a partir das características concretas dos territórios.
- Intersectorialidade: articula a Assistência Social com outras políticas públicas e sistemas de garantia de direitos.

NOB/SUAS: RESPONSABILIDADES DOS ENTES, COFINANCIAMENTO, GESTÃO DO TRABALHO E ESTRUTURAÇÃO DA REDE

RESOLUÇÃO Nº 33, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB/SUAS.

O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS, em reunião ordinária realizada nos dias 10, 11, 12 e 13 de dezembro de 2012, no uso da competência que lhe conferem os incisos I, II, V, IX e XIV do artigo 18 da Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, resolve:

Art. 1º Aprovar a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS, anexa, apresentada pela Comissão Intergestores Tripartite – CIT, apreciada e deliberada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

Art. 2º O CNAS divulgará a NOB/SUAS amplamente nos diversos meios de comunicação e a enviará à Presidência da República, ao Congresso Nacional e demais entes federados para conhecimento, observância e providências cabíveis.

Art. 3º O CNAS recomenda as seguintes ações referentes à NOB/SUAS.

I – ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

- a) divulgá-la amplamente nos diversos meios de comunicação;
- b) incluí-la como conteúdo do Plano Nacional de Capacitação;
- c) publicá-la em meio impresso e distribuí-la, inclusive em braile e em meio digital acessível;
- d) regulamentar os blocos de financiamento em tempo hábil para que os municípios possam elaborar os seus Planos Plurianuais -PPA.

DIREITOS, VIOLAÇÕES DE DIREITOS E VULNERABILIDADES SOCIAIS

CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE: ECA, ESTATUTO DIGITAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

§1º A garantia de prioridade compreende: (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

- primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;

c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

§ 2º Compete aos pais, além de zelar pelos direitos de que trata o art. 3º desta Lei, prestar aos filhos assistência afetiva, por meio de convívio ou de visitação periódica, que permita o acompanhamento da formação psicológica, moral e social da pessoa em desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

§ 3º Para efeitos desta Lei, considera-se assistência afetiva: (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

I – orientação quanto às principais escolhas e oportunidades profissionais, educacionais e culturais; (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

II – solidariedade e apoio nos momentos de intenso sofrimento ou de dificuldade; (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

III – presença física espontaneamente solicitada pela criança ou adolescente quando possível de ser atendida. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Parágrafo único. Considera-se conduta ilícita, sujeita a reparação de danos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, a ação ou a omissão que ofenda direito fundamental de criança ou de adolescente previsto nesta Lei, incluídos os casos de abandono afetivo. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

TÍTULO II DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Art. 8º É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§1º O atendimento pré-natal será realizado por profissionais da atenção primária. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§2º Os profissionais de saúde de referência da gestante garantirão sua vinculação, no último trimestre da gestação, ao estabelecimento em que será realizado o parto, garantido o direito de opção da mulher. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§3º Os serviços de saúde onde o parto for realizado assegurarão às mulheres e aos seus filhos recém-nascidos alta hospitalar responsável e contrarreferência na atenção primária, bem como o acesso a outros serviços e a grupos de apoio à amamentação. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 4º Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 5º A assistência referida no § 4º deste artigo deverá ser prestada também a gestantes e mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção, bem como a gestantes e mães que se encontrem em situação de privação de liberdade. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 6º A gestante e a parturiente têm direito a 1 (um) acompanhante de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 7º A gestante deverá receber orientação sobre aleitamento materno, alimentação complementar saudável e crescimento e desenvolvimento infantil, bem como sobre formas de favorecer a criação de vínculos afetivos e de estimular o desenvolvimento integral da criança. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 8º A gestante tem direito a acompanhamento saudável durante toda a gestação e a parto natural cuidadoso, estabelecendo-se a aplicação de cesariana e outras intervenções cirúrgicas por motivos médicos. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 9º A atenção primária à saúde fará a busca ativa da gestante que não iniciar ou que abandonar as consultas de pré-natal, bem como da puérpera que não comparecer às consultas pós-parto. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 10. Incumbe ao poder público garantir, à gestante e à mulher com filho na primeira infância que se encontrem sob custódia em unidade de privação de liberdade, ambiência que atenda às normas sanitárias e assistenciais do Sistema Único de Saúde para o acolhimento do filho, em articulação com o sistema de ensino competente, visando ao desenvolvimento integral da criança. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 8º-A. Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º de fevereiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência. (Incluído pela Lei nº 13.798, de 2019)

Parágrafo único. As ações destinadas a efetivar o disposto no caput deste artigo ficarão a cargo do poder público, em conjunto com organizações da sociedade civil, e serão dirigidas prioritariamente ao público adolescente. (Incluído pela Lei nº 13.798, de 2019)

Art. 9º O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.

§1º Os profissionais das unidades primárias de saúde desenvolverão ações sistemáticas, individuais ou coletivas, visando ao planejamento, à implementação e à avaliação de ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e à alimentação complementar saudável, de forma contínua. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§2º Os serviços de unidades de terapia intensiva neonatal deverão dispor de banco de leite humano ou unidade de coleta de leite humano. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 10. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a:

I - manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos;

II - identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente;

III - proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais;

IV - fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato;

V - manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.

VI - acompanhar a prática do processo de amamentação, prestando orientações quanto à técnica adequada, enquanto a mãe permanecer na unidade hospitalar, utilizando o corpo técnico já existente. (Incluído pela Lei nº 13.436, de 2017) (Vigência)

§ 1º Os testes para o rastreamento de doenças no recém-nascido serão disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde, no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), na forma da regulamentação elaborada pelo Ministério da Saúde, com implementação de forma escalonada, de acordo com a seguinte ordem de progressão: (Incluído pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

I – etapa 1: (Incluído pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

a) fenilcetonúria e outras hiperfenilalaninemias; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

b) hipotireoidismo congênito; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

c) doença falciforme e outras hemoglobinopatias; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

d) fibrose cística; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

e) hiperplasia adrenal congênita; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

f) deficiência de biotinidase; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

g) toxoplasmose congênita; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

II – etapa 2: (Incluído pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

a) galactosemias; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

b) aminoacidopatias; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

PROGRAMAS, BENEFÍCIOS E INSTRUMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS DO DISTRITO FEDERAL

PROGRAMA DE PROVIMENTO ALIMENTAR DIRETO EM CARÁTER EMERGENCIAL – CARTÃO PRATO CHEIO (LEI DISTRITAL Nº 7.009/2021 E SUAS ALTERAÇÕES; DECRETO Nº 42.873/2021 E SUAS ALTERAÇÕES)

LEI Nº 7.009, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021

Institui programa de provimento alimentar direto em caráter emergencial, denominado Cartão Prato Cheio.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituído o Cartão Prato Cheio, programa de provimento alimentar direto em caráter emergencial, destinado a amparar as famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Art. 2º O Cartão Prato Cheio será concedido por meio de crédito para aquisição de gêneros alimentícios.

§ 1º As concessões do benefício dependem de disponibilidade orçamentária específica.

§ 2º Os critérios de concessão, o valor do benefício e sua vigência, a periodicidade de solicitação, o tempo de concessão, entre outros assuntos, serão definidos por ato do Poder Executivo, em razão da dinâmica socioeconômica do país ou do Distrito Federal e de estudos técnicos sobre o tema.

§ 3º Considerando a dinâmica de solicitações e a disponibilidade orçamentária, fica autorizada a concessão de cesta básica in natura e cesta verde, conforme regulamentação prevista no § 2º.

§ 4º Sem prejuízo do disposto no § 2º, o prazo para a utilização do crédito do Cartão Prato Cheio, a partir da sua concessão, não é inferior a 12 meses. (Acrescido(a) pelo(a) Lei 7294 de 19/07/2023)

§ 5º Fica proibida a utilização do crédito do Cartão Prato Cheio para aquisição de bebida alcoólica, cigarro ou qualquer outro produto que não tenha natureza estritamente alimentar, sob pena de perda do benefício para os beneficiários e de descredenciamento para os estabelecimentos. (Acrescido(a) pelo(a) Lei 7294 de 19/07/2023)

Art. 3º O crédito do Cartão Prato Cheio é intransferível.

Art. 4º O Banco de Brasília será a instituição financeira responsável por:

I – confeccionar e carregar os cartões na quantidade solicitada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – Sedes/DF;

II – restringir a utilização do crédito aos estabelecimentos classificados como atividade econômica voltada à comercialização de produtos alimentícios.

Art. 5º Cabe à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – Sedes/DF, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas, a coordenação, gestão e operacionalização do Cartão Prato Cheio, ficando autorizada a promover parcerias com outros órgãos e entidades da administração pública distrital.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 6º O Poder Executivo promoverá ampla divulgação, inclusive no Portal da Transparência do Governo do Distrito Federal, dos critérios para concessão, da lista dos beneficiários e dos recursos investidos no programa.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 17 de dezembro de 2021

DECRETO Nº 42.873, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021

Regulamenta a Lei nº 7.009, de 17 de dezembro de 2021, que institui o programa de provimento alimentar direto em caráter emergencial, denominado “Cartão Prato Cheio”.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentado, nos termos deste Decreto, o provimento alimentar direto de caráter emergencial, denominado Programa Prato Cheio.

Art. 2º O Programa “Prato Cheio” será concedido por meio de crédito de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para aquisição de gêneros alimentícios.

§ 1º São critérios para concessão:

I - possuir renda familiar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo;

II - estar em situação de insegurança alimentar;

III - estar inscrito no Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal ou no Sistema de Informação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal;

IV - residir no Distrito Federal.

§ 2º Será beneficiada, prioritariamente, a seguinte ordem:

I - famílias em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional Grave; (Inciso Alterado(a) pelo(a) Decreto 48095 de 23/12/2025)

II - famílias monoparentais chefiadas por mulheres com crianças de 0 a 6 anos; (Inciso Alterado(a) pelo(a) Decreto 48095 de 23/12/2025)

III - famílias com crianças de 0 a 6 anos; (Inciso Alterado(a) pelo(a) Decreto 48095 de 23/12/2025)

IV - famílias com pessoas com deficiência; (Inciso Alterado(a) pelo(a) Decreto 48095 de 23/12/2025)

V - famílias com pessoas idosas; (Inciso Alterado(a) pelo(a) Decreto 48095 de 23/12/2025)

VI - população em situação de rua, com Plano Individual de Acompanhamento - PIA, em processo de saída de rua. (Acrescido(a) pelo(a) Decreto 48095 de 23/12/2025)

§ 3º Respeitada a priorização prevista no § 2º, a concessão do benefício seguirá ordem cronológica de solicitação, de acordo com a disponibilidade orçamentária mensal.

§ 4º É obrigatória a inclusão do número de CPF de todos os membros da composição familiar do beneficiário do Programa "Cartão Prato Cheio". (Acrescido(a) pelo(a) Decreto 48095 de 23/12/2025)

Art. 3º As concessões de provimento alimentar em caráter emergencial dependerão de disponibilidade orçamentária específica.

Art. 4º Serão regulamentadas por meio de portaria da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, entre outros assuntos, a periodicidade de solicitação e concessão do cartão Prato Cheio, a vigência do crédito, bem como a excepcionalidade de concessão da cesta básica in natura e a concessão da cesta verde.

Art. 5º Os contratos firmados para operacionalização do Programa Prato Cheio, com base no art. 19 do Decreto nº 33.329, de 10 de novembro de 2011, deverão ser aditivados para se adequar à nova regulamentação.

Art. 6º Revoga-se o art. 19 do Decreto nº 33.329, de 10 de novembro de 2011.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PROGRAMA CARTÃO GÁS (LEI DISTRITAL Nº 6.938/2021 E SUAS ALTERAÇÕES; DECRETO Nº 42.376/2021 E SUAS ALTERAÇÕES)

LEI Nº 6.938, DE 10 DE AGOSTO DE 2021

Institui o Programa Cartão Gás como medida de enfrentamento das consequências sociais e econômicas decorrentes da pandemia da Covid-19 e seus efeitos.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇA SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituído o Programa Cartão Gás, destinado a assegurar às famílias com renda per capita de até meio salário mínimo o acesso ao gás liquefeito de petróleo (GLP 13 kg) para uso doméstico. (Artigo Alterado(a) pelo(a) Lei 7010 de 17/12/2021)

Art. 2º O Programa Cartão Gás consiste em concessão de auxílio financeiro, em parcelas sucessivas bimestrais no valor de R\$ 100,00, para aquisição do GLP 13kg.

Parágrafo único. O valor do auxílio financeiro pode ser alterado por ato do Poder Executivo, em razão da dinâmica socioeconômica do País ou do Distrito Federal.

Art. 3º São condições para fazer jus ao auxílio de que trata esta Lei:

I – estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, regulamentado pelo Decreto federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007;

II – possuir renda familiar per capita de até meio salário mínimo;

III – ter declarado comprometimento de renda com aquisição de gás liquefeito de petróleo – GLP no respectivo registro do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;

IV – residir no Distrito Federal;

V – não se encontrar em situação de rua ou em acolhimento institucional coletivo;

VI – o responsável familiar ter idade igual ou superior a 16 anos.

§ 1º É passível de penalidade cível e penal o recebimento do benefício de que trata o art. 2º por diferentes membros integrantes de uma mesma família que vivem na mesma residência.

§ 2º O Poder Executivo, com base na disponibilidade orçamentária, estabelece critérios de priorização para pagamento do benefício.

Art. 4º Cabe à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – Sedes, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas, a coordenação, gestão e operacionalização do Programa Cartão Gás, ficando autorizada a promover parcerias com outros órgãos e entidades da administração pública, visando à consecução de ações para concessão do auxílio previsto nesta Lei.

Art. 5º (VETADO)

Art. 6º O Programa Cartão Gás caracteriza despesa continuada e depende de disponibilidade orçamentária específica. (Artigo Alterado(a) pelo(a) Lei 7010 de 17/12/2021)

Art. 7º O cadastro e a verificação da aptidão e da capacidade dos estabelecimentos comerciais interessados em participar do Programa Cartão Gás são realizados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal. (Artigo Alterado(a) pelo(a) Lei 7475 de 29/02/2024) (Regulamentado(a) pelo(a) Portaria 7 de 16/04/2024)

Parágrafo único. Compete à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal editar os atos complementares necessários ao fiel cumprimento do disposto no caput. (Parágrafo Alterado(a) pelo(a) Lei 7475 de 29/02/2024) (Regulamentado(a) pelo(a) Portaria 7 de 16/04/2024)

Art. 8º O Programa Cartão Gás é financiado com recursos do Tesouro do Distrito Federal e depende de disponibilidade orçamentária específica.

Art. 9º Fica estabelecido o Banco de Brasília S.A. – BRB como o agente financeiro do Programa Cartão Gás.

Art. 10. O Poder Executivo promoverá ampla divulgação, inclusive no Portal da Transparência do Governo do Distrito Federal, dos benefícios, dos beneficiários, das ações, dos recursos oferecidos pelo poder público e dos critérios para sua concessão.

Art. 11. (Artigo Revogado(a) pelo(a) Lei 7010 de 17/12/2021)

Art. 12. Ato do Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de agosto de 2021.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS E TEORIAS DA COMUNICAÇÃO: PROCESSOS FUNDAMENTAIS DA COMUNICAÇÃO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE; TEORIA DA COMUNICAÇÃO: PRINCIPAIS ESCOLAS, CORRENTES SOCIOLOGICAS E PENSADORES; CULTURA, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A NATUREZA SOCIAL DO FENÔMENO COMUNICACIONAL; O PAPEL DO COMUNICADOR NA SOCIEDADE DE MASSAS E SUA DIMENSÃO POLÍTICA

FUNDAMENTOS DA COMUNICAÇÃO COMO FENÔMENO SOCIAL

► Comunicação como processo humano, simbólico e relacional

A comunicação é um dos processos fundamentais da vida social, pois permite que os indivíduos compartilhem informações, expressem sentimentos, organizem experiências, transmitam valores e construam sentidos sobre o mundo. Ela não se limita à simples troca de mensagens entre uma pessoa que fala e outra que escuta. Trata-se de um fenômeno mais amplo, no qual linguagem, cultura, contexto histórico, relações sociais e estruturas de poder participam da produção de significados.

Comunicar é tornar algo comum, isto é, colocar em circulação uma ideia, uma percepção, uma informação ou uma interpretação da realidade. No entanto, esse processo nunca ocorre de maneira neutra ou isolada. Toda comunicação acontece em uma situação concreta, envolvendo sujeitos socialmente posicionados, códigos compartilhados, expectativas, intenções, interpretações e possíveis conflitos de sentido. Por isso, a comunicação deve ser compreendida como prática social: ela acontece entre pessoas, mas também é atravessada por instituições, normas, tecnologias, culturas e relações de poder.

► Elementos fundamentais do processo comunicacional

Para compreender o funcionamento básico da comunicação, é necessário reconhecer seus elementos constitutivos. Esses elementos ajudam a explicar como uma mensagem é produzida, transmitida, recebida e interpretada dentro de determinado contexto social.

Os principais componentes do processo comunicacional podem ser apresentados da seguinte forma:

- **Emissor:** é aquele que produz ou inicia a mensagem, selecionando determinados signos, palavras, imagens ou gestos para expressar uma intenção comunicativa.

- **Receptor:** é aquele que recebe a mensagem e a interpreta a partir de seus repertórios culturais, conhecimentos prévios, valores, experiências e posição social.

- **Mensagem:** é o conteúdo comunicado, ou seja, aquilo que circula entre os sujeitos por meio de palavras, imagens, sons, símbolos, gestos ou outros recursos expressivos.

- **Código:** é o sistema de signos utilizado para construir a mensagem, como a língua portuguesa, a linguagem visual, os códigos sonoros, os gestos ou convenções específicas de determinado grupo.

- **Canal:** é o meio pelo qual a mensagem circula, podendo ser a fala presencial, o telefone, o rádio, a televisão, a internet, as redes sociais, o livro, o jornal ou qualquer outro suporte comunicacional.

- **Contexto:** é a situação social, histórica, cultural e institucional em que a comunicação ocorre, influenciando tanto a produção quanto a interpretação da mensagem.

- **Ruído:** é qualquer interferência que dificulte ou altere a compreensão da mensagem, podendo ser técnico, semântico, psicológico, cultural ou ideológico.

- **Feedback:** é a resposta do receptor ao emissor, indicando que a mensagem foi recebida, interpretada ou contestada.

Esses elementos não devem ser entendidos como partes rígidas e separadas, mas como dimensões interdependentes de um processo dinâmico. Em uma conversa cotidiana, por exemplo, os papéis de emissor e receptor se alternam constantemente. Além disso, uma mesma mensagem pode gerar interpretações diferentes conforme o contexto, o repertório cultural e as experiências dos sujeitos envolvidos.

► Comunicação linear, interacional e transacional

Os estudos da comunicação desenvolveram diferentes modelos para explicar como ocorre o processo comunicacional. O modelo linear entende a comunicação como transmissão de uma mensagem de um emissor para um receptor. Esse modelo é útil para explicar situações simples, como o envio de uma informação objetiva por determinado canal. No entanto, ele é limitado, pois tende a reduzir a comunicação a um fluxo unilateral, como se o sentido estivesse pronto na mensagem e fosse apenas recebido passivamente.

O modelo interacional avança ao considerar a presença do feedback. Nesse caso, a comunicação passa a ser vista como uma troca entre sujeitos, na qual o receptor também responde, confirma, questiona ou modifica o fluxo comunicativo. Esse modelo reconhece que a comunicação não termina na emissão da mensagem, pois a resposta do outro interfere no processo.

Já o modelo transacional compreende a comunicação como um processo simultâneo, contínuo e relacional. Nesse entendimento, os participantes não apenas enviam e recebem mensagens, mas constroem sentidos juntos dentro de uma situação social específica. A comunicação, portanto, não é apenas transmissão de informação, mas negociação de significados. Essa perspectiva é especialmente importante para compreender fenômenos complexos, como debates públicos, disputas políticas, interações culturais, comunicação institucional e circulação de sentidos nos meios de massa.

► **Linguagem, signos e produção de sentidos**

A comunicação depende da linguagem, mas a linguagem não se reduz à fala ou à escrita. Ela envolve sistemas de signos que permitem representar ideias, objetos, emoções, relações e experiências. Um signo é algo que representa outra coisa para alguém. Palavras, imagens, sons, gestos, cores, roupas, marcas, símbolos religiosos e expressões corporais podem funcionar como signos quando produzem sentido em determinado contexto.

O sentido de uma mensagem não está apenas em sua estrutura formal. Ele depende da relação entre signo, contexto e interpretação. Uma mesma palavra pode assumir significados diferentes em ambientes distintos; uma imagem pode ser interpretada de formas opostas por grupos sociais diferentes; um gesto pode ser cordial em uma cultura e ofensivo em outra. Por isso, a comunicação exige compartilhamento mínimo de códigos, mas também envolve disputas, ambiguidades e interpretações múltiplas.

Essa dimensão simbólica demonstra que a comunicação participa diretamente da organização da vida social. Por meio dos signos, os sujeitos classificam o mundo, constroem identidades, reconhecem pertencimentos, estabelecem diferenças, reforçam valores e questionam normas. Assim, comunicar não é apenas informar: é produzir realidade socialmente significativa.

► **A comunicação na construção social da realidade**

A realidade social não é percebida de forma completamente direta, natural ou individual. Os seres humanos interpretam o mundo por meio de linguagens, categorias culturais, instituições, tradições, discursos e experiências coletivas. A comunicação participa desse processo porque organiza os sentidos pelos quais uma sociedade define o que considera verdadeiro, normal, desejável, legítimo, perigoso, belo, justo ou injusto.

Ao circular discursos, imagens e narrativas, a comunicação contribui para estabilizar determinadas visões de mundo. A família, a escola, a religião, a ciência, o Estado, a imprensa, a publicidade e as redes digitais atuam como instâncias produtoras e difusoras de significados. Elas não apenas descrevem a realidade; também ajudam a construí-la, pois selecionam temas, nomeiam problemas, classificam sujeitos, atribuem valores e influenciam formas de percepção.

Isso não significa que a comunicação invente a realidade de maneira arbitrária. Significa que os fatos sociais são compreendidos, organizados e disputados por meio de processos simbólicos. A maneira como uma sociedade fala sobre juventude, trabalho, violência, educação, gênero, consumo, política ou cidadania interfere no modo como esses fenômenos são percebidos e tratados publicamente.

► **Síntese da seção**

A comunicação é um processo social, simbólico e relacional que permite a circulação de informações, valores, representações e sentidos. Seus elementos básicos ajudam a compreender a dinâmica comunicativa, mas é necessário ir além da ideia de simples transmissão de mensagens. A comunicação envolve interpretação, contexto, cultura, linguagem e poder. Por isso, ela é decisiva para a construção social da realidade, pois participa da forma como os indivíduos e grupos compreendem o mundo, organizam relações e disputam significados na vida coletiva.

TEORIA DA COMUNICAÇÃO E PRINCIPAIS ESCOLAS

► **A Teoria da Comunicação como campo de estudo**

A Teoria da Comunicação reúne diferentes abordagens que procuram explicar como os processos comunicacionais funcionam, quais efeitos produzem, como se relacionam com a cultura e de que modo participam da organização da sociedade. Esse campo não surgiu de maneira única, homogênea ou linear. Pelo contrário, desenvolveu-se a partir de várias tradições intelectuais, como a sociologia, a psicologia, a filosofia, a linguística, a antropologia, a ciência política e os estudos culturais.

A comunicação tornou-se objeto de reflexão sistemática especialmente a partir do crescimento dos meios de massa, como imprensa, rádio, cinema e televisão. Esses meios ampliaram a capacidade de circulação de mensagens para grandes públicos e provocaram novas questões: como a mídia influencia a opinião pública? Os receptores são passivos ou ativos? A comunicação reforça a ordem social ou pode favorecer transformações? Os meios apenas informam ou também produzem ideologia, cultura e poder?

Essas perguntas deram origem a escolas teóricas distintas. Algumas enfatizaram os efeitos dos meios sobre o comportamento social; outras analisaram a comunicação como instrumento de dominação; outras ainda destacaram os processos culturais, a recepção ativa e a produção coletiva de sentidos. Assim, estudar Teoria da Comunicação exige compreender que não existe uma única explicação definitiva, mas um conjunto de perspectivas complementares e, muitas vezes, conflitantes.

► **Escola Funcionalista e estudos dos efeitos**

A Escola Funcionalista desenvolveu-se principalmente nos Estados Unidos, em um contexto marcado pela expansão dos meios de comunicação de massa, pela propaganda política, pela publicidade e pela preocupação com os efeitos da mídia sobre o comportamento coletivo. Essa corrente recebeu influência da sociologia funcionalista, que compreende a sociedade como um sistema composto por partes interdependentes, cada uma cumprindo funções necessárias à estabilidade social.

No campo da comunicação, o funcionalismo procurou investigar as funções dos meios de massa, como informar, entreter, integrar socialmente, transmitir valores e vigiar o ambiente social. Também buscou medir os efeitos das mensagens sobre os indivíduos, especialmente em campanhas eleitorais, propaganda de guerra, publicidade e formação da opinião pública.

Um dos modelos associados a essa tradição é o esquema de Harold Lasswell, sintetizado na pergunta: quem diz o quê, por qual canal, a quem e com que efeito? Essa formulação tornou-se importante porque organizou o estudo da comunicação em



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!